

Sinal positivo para fechar acordo

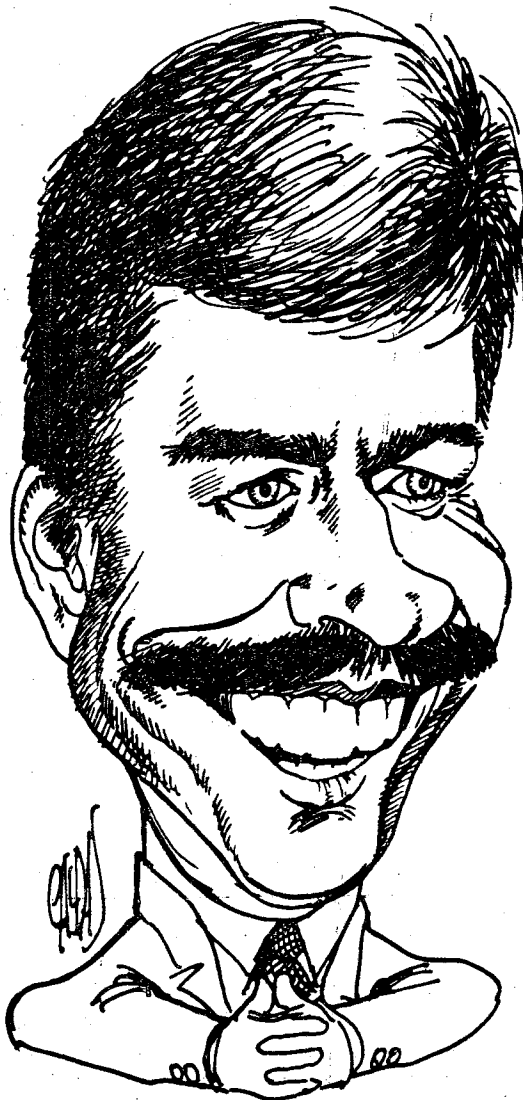
MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — O pagamento de US\$ 350 milhões que o governo brasileiro está fazendo, hoje, depois de dois outros secretos de US\$ 85 milhões anunciados, ontem, cobre apenas parte dos juros devidos em janeiro, podendo ser considerado um sinal positivo para a conclusão de um acordo de médio prazo, que depende agora de um acerto sobre quanto o Brasil vai precisar de dinheiro novo, neste ano.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, não quis caracterizar o pagamento feito hoje como o sinal de que as negociações com os banqueiros credores estejam chegando ao final, nem como uma suspensão da moratória:

"Isto não é nem a suspensão nem a não-suspensão (da moratória)", ele disse, parando por "um minuto" para atender os repórteres que o esperavam na entrada do edifício das negociações, em Nova York. E acrescentou: "Isto é a correspondência do que nós podemos fazer, em função dos avanços que se teve. Nós pretendemos suspender a moratória quando tivermos um acordo de médio prazo concluído, o que não é o caso agora e não deve ser nessa próxima semana".

Um alto funcionário do governo



norte-americano reagiu com prudência à notícia do pagamento de parte dos juros de janeiro, que era o impasse das negociações desde o começo do ano. E ele disse ao Estado: "Acho que isso pode resolver o

problema imediato da renegociação da dívida".

Depois, respondendo a uma consulta, sobre se este pagamento teria a força de desanuviar as relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, tensas por causa da informática, a mesma fonte acrescentou: "Pode melhorar o clima geral. Mas não tem nenhuma ligação especial com outros problemas".

Quando o Estado lembrou que o anúncio dos produtos que sofrerão as retaliações comerciais foi adiado para "não azedar as negociações da dívida que estavam progredindo em Nova York", o funcionário do governo norte-americano concluiu, secamente: "A Casa Branca deverá se pronunciar nesta semana".

A nota oficial sobre o pagamento parcial dos juros de janeiro, distribuída em Nova York, observa que ele é "um exemplo da melhoria das relações entre o Brasil e seus bancos credores". O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que a assina com William R. Rhodes, o presidente do comitê de assessoramento dos credores, formado por 14 bancos, diz que o governo brasileiro planeja pagar outros juros vencidos em 1988 à medida em que se progride em direção a um acordo de médio prazo.

E a nota oficial ainda acrescenta:

"Este será o terceiro pagamento do governo para os bancos credores anunciado nas últimas semanas. Os dois primeiros de US\$ 1,1 bilhão, em 30 de dezembro, e US\$ 360 milhões, em 11 de janeiro. O governo ainda fez mais dois adicionais e não anunciados pagamentos de US\$ 85 milhões extraídos de suas próprias reservas".

Estes dois últimos pagamentos secretos surpreenderam quem acompanhava dia a dia a renegociação da dívida. E foram esclarecedores: explicam, finalmente, por que o

clima das negociações mudaram, de repente, na semana passada, com banqueiros e fontes do governo fazendo o eco de um novo otimismo. Falava-se, então, que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, tinha voltado para Nova York com cheques no bolso, podendo até efetuar alguns pagamentos de emergência. Ele próprio desmentia.

Milliet quis deixar claro, ontem, para a imprensa, que este pagamento de hoje não equivale a um acordo provisório, porque até sexta-feira falava-se num em que o Brasil daria os mesmos US\$ 350 milhões, aproximadamente um terço do que deveria pagar em janeiro, enquanto os bancos credores completariam os outros dois terços. A fórmula encontrada, afinal, não requereu um empréstimo-ponte dos bancos, como se tentou a princípio, ficando como um pagamento simbólico brasileiro.

"Se o Brasil não pagasse, não sairíamos do lugar" — disse ontem um banqueiro ao Estado, repetindo que desde o começo do ano as "negociações estavam emperradas" pela falta de pagamento de juros previsto pelo acordo interino assinado no final do ano. "Os subcomitês trabalhavam para um acordo de médio prazo, mas a alto nível os banqueiros tinham fechado questão", ele acrescentou, concluindo: "Coube ao Brasil decidir. Este pagamento é um bom sinal. Mas não é ainda suficiente. Acharmos que o Brasil poderia ter pago uma quantia maior".

Segundo um outro banqueiro, o problema do momento é quanto o Brasil deve receber em dinheiro novo, no acordo de médio prazo. O governo brasileiro pretendia cerca de US\$ 7 bilhões, quantia alta, "pretensiosa", diante do seu superávit comercial, segundo os banqueiros.

Milliet não quis dar nenhum detalhe sobre as negociações do acordo de médio prazo.